

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

O discurso neoliberal no ideário educacional brasileiro: A (Des) relação na materialidade discursiva do ENEM

Le discours néolibéral dans les idées éducatives brésiliennes: Le dévoilement dans la matérialité discursive d'ENEM

Denson André Pereira da Silva Sobral¹

RESUMO:

Este trabalho pretende, a partir do conceito de competência trazida para o ideário educacional brasileiro pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), explicitar os discursos que são convocados para (re) significar esse conceito e revelar algumas estratégias retóricas do discurso neoliberal camufladas na materialidade daquele exame. Para atingir tal objetivo, adotamos como referencial teórico para nosso estudo a Análise do Discurso de linha francesa (AD), por meio de categorias como formação social, formação discursiva (FD) e formação ideológica (FI), entre outras. Esse arcabouço teórico nos possibilitou desvelar o funcionamento discursivo do ENEM, demonstrando que esse discurso se filia à formação social neoliberal, representada pela formação ideológica do capitalismo, que dá sustentação ao dizer da formação discursiva do mercado, produzindo sentidos que, discursivamente, procuram camuflar os reais objetivos da “necessidade” de uma avaliação educacional baseada no ensino por competências.

Palavras – chave: ENEM; Discurso; Neoliberalismo.

RÉSUMÉ:

Ce travail prétend s'en aller de la notion de compétence a porté pour les idées de l'éducation brésilienne par à l'Examen National de l'Enseignement Secondaire (ENEM), expliquer les discours qui sont convoqués à (re) signifier cette notion et révéler certaines stratégies rhétoriques de le discours néolibéral. a cacheés dans les matérialités de cet examen. Pour atteindre cet objectif, nous avons adopté pour notre étude le cadre théorique de l'analyse de discours de ligne française (AD) a travers des catégories comme : formation sociale, formation discursive (FD) et formation idéologique (FI) notamment. Ce cadre théorique nous a permis dévoilent le fonctionnement discursif d'ENEM, en démontrant qui ce discours est affilié à la formation social néolibéral, représenté par la formation idéologique du capitalisme, qui soutient le dire de la formation discursive du marché, produisant sens qui cherchent camoufler discursivement les vrais buts du « besoin » à une évaluation éducative basée sur l'enseignement des compétences.

Mots clés : ENEM, Discours; Néolibéralisme.

¹ Doutorando em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e professor da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (SEED). E-mail para contato: densonp@bol.com.br.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

1. INTRODUÇÃO

Este artigo pretende desvelar o sentido de competência no ideário educacional brasileiro, por meio da materialidade linguística do Documento Básico do Exame Nacional do Ensino Médio (2000), tendo em vista que é nesse documento que encontramos a primeira definição explícita do que se entende por competência no campo educacional do Brasil.

Com tal objetivo, primeiramente fundamentaremos nosso trabalho, retomando algumas categorias da Análise do Discurso (AD) necessárias às discussões neste artigo; em um segundo gesto, retomaremos a concepção de competência dada pelo exame, explicitando os discursos que são convocados para (re) significar esse conceito, e, em seguida, revelaremos algumas estratégias retóricas² do discurso neoliberal camufladas na materialidade linguística daquele exame.

2. REVISANDO ALGUMAS CATEGORIAS DA ANÁLISE DO DISCURSO

Pêcheux (1988), ao elaborar sua teoria do discurso, toma por objeto teórico o discurso enquanto o lugar da constituição do sujeito e do sentido. Para o fundador da Análise do Discurso, ambas as constituições (do sujeito e do sentido) são mediadas pela materialidade da língua. Diferentemente de Althusser, Pêcheux se preocupou com os estudos da linguagem, fazendo uma articulação entre a língua e os processos sócio-históricos e ideológicos, em que concebe o sistema linguístico como uma base material comum sobre a qual desenrolam processos discursivos variados.

² A palavra 'retórica', neste trabalho, não deve ser remetida à disciplina Retórica, mas a um 'conjunto de manobras discursivas' que ganharam novos e inesperados significados na perspectiva da política econômica neoliberal implantada no Brasil, a partir da década de 1990. Logo, tais 'estratégias retóricas', tomadas por empréstimo da obra de Silva (1996), devem ser entendidas como elementos discursivos que concorrem para fortalecimento da formação social neoliberal ao estabelecerem sentidos aparentemente únicos, verdadeiros, irrefutáveis. Trazemos essas estratégias retóricas para este trabalho, no intuito de sacudi-las, desestabilizá-las e ressignificá-las, assim revelando, por meio do referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso, outros sentidos velados na materialidade linguística do ENEM, por intermédio de tais estratégias.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

Dessa forma, Pêcheux esboça sua teoria do discurso, enquanto um campo outro de saber, projetando a constituição dos sujeitos e sentidos na relação da língua com a ideologia e o inconsciente, colocando “[...] que, sob a evidência de que ‘eu sou realmente eu’ [...], há o processo de interpelação-identificação que produz o sujeito no lugar deixado vazio [...]” (PÊCHEUX, 1988, p.159, grifos do autor). Consoante esse autor, é a ideologia que fornece essas evidências, as quais fazem com que um enunciado “queira dizer” o que “realmente” o sujeito quer dizer, mascarando-se, assim, sob a transparência da linguagem, o caráter material do sentido. (PÊCHEUX, idem, ibidem, grifos do autor)

Mais adiante, na sua obra *Semântica e Discurso*, escrita em 1975, Pêcheux (1988) revela-nos que esse caráter material do sentido consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos “o todo complexo das formações ideológicas”, esclarecendo que o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe em si mesmo, mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas, isto é, reproduzidas. (PÊCHEUX, 1988, p. 160, grifos do autor). Segundo esse filósofo:

[...] as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (PÊCHEUX, idem, ibidem).

Destarte, as palavras, expressões, proposições etc. produzem sentidos no âmbito das formações discursivas nas quais foram concebidas, pois não possuem “um” sentido que lhe seja próprio, inerente a sua literalidade. Ao contrário, os sentidos se constituem no seio de cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões, ou proposições da mesma formação discursiva.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

Além disso, o autor assevera que “[...] toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’, das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas definido mais acima.” (PÊCHEUX, *idem*, p. 162, grifos do autor).

Dito de outra forma, toda formação discursiva camufla sua dependência ao interdiscurso que se refere a esse todo complexo com dominante e assim o faz pela transparência de sentido que nela se forma, levando-a a dissimular a objetividade material contraditória do interdiscurso que “[...] reside no fato de que ‘algo fala’ [*ça parle*] sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas.” (PÊCHEUX, 1988, p. 162, grifos do autor).

Desse modo, por meio dessa compreensão teórica da constituição do sujeito e do sentido, na articulação da ideologia e do inconsciente, Pêcheux (1988) concebe que o que pode ser observado é uma ilusão dos sujeitos que se veem como a fonte, a origem do seu discurso (esquecimento nº 1) e que domina exatamente o que diz (esquecimento nº. 2), ilusões essas que são estruturantes, pois são necessária para a existência de sentidos e sujeitos e para que a linguagem funcione na produção de sentidos e na constituição dos sujeitos.

Portanto, partindo da recusa a uma concepção de sujeito como senhor de si, onipotente, um utilitarista que se apropria da língua para se comunicar com outros indivíduos, Pêcheux (1988) desenvolve uma concepção singular de sujeito: o sujeito é o efeito de sentido entre interlocutores. O sujeito não é autônomo, mas um sentido apreendido dentro da relação língua/história. Dessa forma, nem o sujeito nem os objetos (as coisas exteriores ao sujeito) são autônomos em sua existência. Eles são significados a partir do momento em que a língua (base material) e a história se cruzam, gerando sentidos.

Ao refletir sobre a relação entre língua e história - entende-se a primeira enquanto base material; e a segunda, enquanto motor do processo de constituição do sujeito -, Pêcheux traz à tona o apagamento do sujeito enquanto efeito no próprio ato de sua formulação,

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

possibilitando, assim, que o indivíduo investido de sua forma-sujeito, acredite ser a fonte primordial dos sentidos.

Pêcheux nos mostra, por essa perspectiva, um sujeito duplamente determinado, ao qual não é mais possível atribuir intenções nem estratégias. Assim, a AD centra seu interesse nas diferentes formas de representação do sujeito, que, a partir das noções de Formação Discursiva (FD) e forma-sujeito, revela seu desdobramento. Essa forma-sujeito é compreendida, segundo Ferreira (2001, p. 15), como:

A forma pela qual o sujeito do discurso se identifica com a FD que o constitui. Esta identificação baseia-se no fato de que os elementos do interdiscurso, ao serem retomados pelo sujeito do discurso, acabam por determiná-lo. Também chamada de sujeito do saber, universal ou histórico de uma determinada FD, a forma-sujeito é representável pela ilusão de unidade do sujeito.

Entende-se que as posições sujeito possíveis são identificáveis a partir de suas relações com a FD dominante, que determina a forma-sujeito, apontando para a determinação do sujeito, com base em uma instância ideológica cuja materialidade é disseminada na FD e materializada no discurso, mostrando assim o seu funcionamento na constituição do sujeito. Segundo Pêcheux, é nesse reconhecimento que o sujeito se esquece das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa. Entendamos, pois, que sendo ‘sempre-já’ sujeito, ele ‘sempre-já’ se esqueceu das determinações que o constituem como tal. (PÊCHEUX, 1988, p.170, grifos do autor)

Por essa lógica de entendimento, pode-se afirmar que sujeito e sentido constituem-se simultaneamente pela interpelação e que o modo pelo qual a posição-sujeito relaciona-se com a forma-sujeito é que aponta o desdobramento do sujeito do discurso.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

3. CARACTERIZAÇÃO DO CONCEITO DE COMPETÊNCIA DO ENEM

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi elaborado a partir de uma matriz de competências, estruturada com base nos conceitos de competências e de habilidades associadas aos conteúdos dos Ensinos Fundamental e Médio. Tais conceitos são assim apresentados e definidos como:

a) Competências são as modalidades estruturais da inteligência, ou melhor, ações e operações que utilizamos para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que desejamos conhecer. (BRASIL. MEC. ENEM – Documento Básico 2000, 1999, p.7)

b) As habilidades decorrem das competências adquiridas e referem-se ao plano imediato do ‘saber fazer’. Através das ações e operações, as habilidades aperfeiçoam-se e articulam-se, possibilitando nova reorganização das competências. (BRASIL. MEC ENEM – Documento Básico 2000, 1999, p.7)

A partir desses conceitos, o Documento Básico do ENEM apresenta-nos cinco competências globais que orientam a confecção dos instrumentos do exame. Dessas competências globais são geradas 21 habilidades³, formuladas de modo articulado com os conteúdos curriculares dos Ensinos Fundamental e Médio, as quais fornecem as bases para a preparação das 63 questões, de modo que cada habilidade seja testada por três questões.

Assim, entende-se o conceito de competências, nesse documento, como estruturas mentais organizadas em rede, responsáveis pela interação dinâmica entre os próprios saberes do indivíduo e os saberes já construídos pela humanidade, pela incorporação de novos conhecimentos à bagagem cognitiva do aluno e pela aplicação desses saberes em novas situações, possibilitando, por conseguinte, a construção de novas competências. As habilidades, por sua vez, seriam o saber fazer em si, que consiste na conversão das

³ As cinco competências globais e as 21 habilidades referidas nesse parágrafo constam no Documento Básico do ENEM, que pode ser acessado por meio do portal do MEC : www.mec.gov.br.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

potencialidades cognitivas em ação. (BERGER, 1999; LOPES, 2001; MACEDO, 2002; RAMOS, 2006)

Tais definições transitam tanto pelas referências teóricas chomskyanas, ligadas ao inatismo das competências, quanto pelas contribuições de Jean Piaget em relação à epistemologia genética e às estruturas mentais, que consideram inato apenas o funcionamento geral da inteligência, e não o seu desenvolvimento, este que, por sua vez pode ser estimulado por fatores exteriores (BERGER, 1999; RAMOS, 2006). Na base do significado de competência do ENEM estaria, pois, a ideia da construção de estruturas na apropriação, pela mente humana, dos conhecimentos pela relação de interação com o meio social e natural. Essas estruturas mentais e as interações sociais gerariam a possibilidade de significar o mundo, de apropriar-se de novos elementos, integrando-os à rede de “esquemas mentais”. (RAMOS, 2006, p. 162, grifo nosso). Nas palavras de Berger:

Quando da elaboração da proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais a ser encaminhada ao Conselho Nacional de Educação e dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e dos Referenciais Curriculares para a Educação Profissional, fizemos a opção de trabalhar a partir do conceito de competências. Entretanto, reconstruímos o conceito que vinha sendo utilizado, quer pela recente tradição anglo-saxônica, quer pela tradição francesa, aproximando-nos mais desta última. Tínhamos como referências básicas a epistemologia genética de Jean Piaget e a linguística de Noam Chomsky. (BERGER, 1999, p. 2)

O ponto de encontro entre o pensamento dos dois autores, Chomsky e Piaget, seria, então, a capacidade de construção do conhecimento - tanto por determinações genéticas e biológicas quanto pelos estímulos do meio exterior - e sob essa perspectiva, as competências seriam as estruturas ou esquemas mentais. Nesse sentido, o conceito trazido pelo ENEM é traduzido como uma operação, uma ação, uma habilidade, um comportamento a ser realizado. As competências requerem a produção de habilidades, um saber-fazer necessário ao exercício profissional, vez que elas agem traduzindo determinado conteúdo em habilidade.

Por conseguinte, conforme Lopes (2001), o controle da formação nas competências é frequentemente exercido por meio dos resultados obtidos (via indicadores de desempenho) e

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

não por intermédio de conhecimentos e atributos culturais adquiridos na socialização profissional. Tais indicadores de desempenho permitem articulação dos sistemas de avaliação capazes de atuar no controle dos conteúdos ensinados, como é o caso do ENEM.

Constata-se, pois, que a definição de competência presente no Documento Básico do ENEM (2000) carrega essa conotação psicológico-subjetivista, atrelada ao fator econômico do capital e relacionada a uma espécie de ‘acervo subjetivo’ de capacidades individuais que deverão ser adquiridas pelos ‘novos’ trabalhadores.

Tanguy (1997) afirma que esse movimento discursivo encontrou sua expressão inicial no ensino técnico e profissional e que, com ele, a escola foi forçada a abrir-se ao mundo econômico como meio de se redefinirem os conteúdos de ensino e a atribuir sentido prático a esses mesmos conteúdos. Nesse particular, Ramos (2006, p. 222) afirma:

A pedagogia da competência passa a exigir, tanto no ensino geral, quanto no ensino profissionalizante, que as noções associadas (saber, saber-fazer, objetivos) sejam acompanhadas de uma explicitação das atividades (ou tarefas em que elas podem se materializar e se fazer compreender). Essa explicitação revela impossibilidade de dar uma definição a tais noções separadamente das tarefas nas quais elas se materializam.

Dessa forma, a definição da matriz de competência a ser aplicada no ENEM gerou o elenco das cinco competências consideradas essenciais ao desenvolvimento e preparo dos alunos para o enfrentamento das exigências do mundo contemporâneo - dominar linguagens; compreender fenômenos; enfrentar situações-problema; construir argumentações e elaborar propostas - apontando, assim, para um efeito de sentido de empregabilidade. Diante das mudanças ocorridas no mercado no contexto da década de 1990, a formação dos alunos precisa permitir o desenvolvimento de um conjunto de competência que são requeridas pelos novos postos de trabalho, quase sempre em constantes mutações.

Tais competências relegam o conhecimento ao segundo plano, centrando-se nas 21 habilidades, qualificadas como necessárias ao preparo do aluno para essa nova ordem mundial. Conforme preconiza o próprio documento básico do ENEM “a aferição das estruturas cognitivas, mobilizadas nos processos de produção do saber e não apenas da

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

memória, que mesmo importante, não é suficiente para compreender o mundo em que vivemos” (BRASIL, 1999).

Na visão de Silva (1998), frente à ótica capitalista, a educação passa a redefinir a própria noção do que se constitui por conhecimento. Este deixa de ser um campo sujeito à interpretação e à controvérsia para ser simplesmente um campo de transmissão de competências e habilidades relevantes para o funcionamento do capital.

Há, nesse gesto, um outro movimento discursivo que oculta outra redefinição: a de currículo, que também deixa de ser centrado no conhecimento para ser centrado em competências. Sendo o currículo o espaço no qual se processa conhecimento e em que se produzem subjetividades, as competências também se veem profunda e radicalmente afetadas por essa redefinição. É o efeito de sentido produzido pela formação ideológica (FI) capitalista de que a escola deve, agora, atender às necessidades e aos interesses do capital.

Segundo Bernard e Lietard (apud TADDEI, 1999, p. 353), quando os neoliberais enfatizam que a educação deve estar subordinada às necessidades do mercado de trabalho, estão se referindo a uma questão muito específica: a urgência de que o sistema educacional se ajuste às demandas do mundo dos empregos. Isso não significa que a função social da educação seja garantir esses empregos nem, menos ainda, criar fontes de trabalho. Pelo contrário, o sistema educacional deve promover o que os liberais chamam de empregabilidade.

Partindo desse pressuposto, a implantação do modelo de competência no âmbito da educação é justificada com base nas mudanças no mundo do trabalho, o qual exige um novo indivíduo trabalhador, com competências tais, de modo que possa assumir posições empregatícias diferentes, tendo em vista a instabilidade e inconstância desse novo padrão de mercado. Sobre esse assunto, Bourdieu (1998, p. 141) nos ensina que:

[...] a profunda sensação de insegurança e de incerteza sobre o futuro e sobre si próprio que atinge todos os trabalhadores assim precarizados deve sua coloração particular ao fato de que o princípio da divisão entre os que

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

são relegados ao exército de reserva e aqueles que possuem trabalho parece residir na *competência escolarmente garantida* [...] (grifos do autor).

Na visão de Ramos (2006), a ideia que se difunde quanto à apropriação da noção de competência no âmbito educacional é que ela, e somente ela, seria capaz de promover o encontro entre formação e emprego.

Sobre esse assunto, Silva (2007, p. 193) afirma que “a Reforma Curricular do Ensino Médio tem suas justificativas atribuídas genericamente às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, associadas às inovações tecnológicas e organizacionais”. Tal premissa pode ser observada na materialidade do Parecer nº 15/98 do Conselho Nacional de Educação, que trata das Diretrizes Curriculares para Educação Básica, ao propor uma organização curricular estruturada com base na prescrição de competências. Segundo esse parecer:

Essa preparação geral para o trabalho abarca, portanto, os conteúdos e competências de caráter geral para a inserção no mundo do trabalho e aqueles que são relevantes ou indispensáveis para causar uma habilitação profissional e exercer uma profissão técnica. No primeiro caso, estariam as noções gerais sobre o papel e o valor do trabalho, os produtos do trabalho, as condições de produção entre outras. (BRASIL, CNE/CEB, Parecer 15/98, grifos nossos)

Ainda conforme Silva (2007, p. 192), as mudanças em termos da formação para o trabalho - isto é, o deslocamento da ideia de qualificação para o modelo de competências - conduzem ao entendimento de que *savoir-faire* e competências tácitas surgiram por complementaridade. Elas se tornariam evidentes pelo seu tratamento cognitivo e (por essa razão) se impuseram na análise do trabalho. Tanguy e Ropé (1997) asseveram que, em decorrência desse processo, ter-se-iam, então, os três saberes necessários para o desempenho do trabalho, hierarquizados na forma do saber, saber-fazer e saber-ser, com especial ênfase para este último, que evidencia, nessa tendência, a sua marca, ou seja, a importância que se atribui aos “saberes sociais”. (TANGUY e ROPÉ, 1997, p. 23, grifo dos autores).

Infere-se, então, que o efeito de sentido produzido pelo discurso das competências representa a atualização do conceito de qualificação, segundo as perspectivas do capital, tendo

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

em vista que os indivíduos precisam se adequar às novas formas pelas quais esse sistema se organiza, a fim de obter maior e mais ampla valorização no mercado de trabalho. Nessa nova dimensão do capital não basta ter conhecimento, é preciso ‘saber-ser’, isto é, articular, mobilizar saberes e comportamentos, transformando-os em ação.

Dessa maneira, sob a égide das transformações pelas quais a sociedade está passando, e por meio do discurso da ‘necessidade’ de novas formas de apropriação dos conhecimentos, a inserção das competências e habilidades ganharam destaque nos debates atuais, pois enfatizam o ‘saber-fazer’, que se adapta a essas novas transformações sociais e aos requisitos do capital. Isso é corroborado por Machado⁴ (2005, p. 51), ao dizer que “numa sociedade em que o conhecimento transforma-se no principal fator de produção, é natural que muitos conceitos transitem entre os universos da economia e da Educação”.

Para Stroobants (1997), a ênfase nas competências do trabalhador conduziu a duas mudanças consideráveis no que se refere ao modo de ver e pensar o trabalho na empresa, a saber: primeiramente, a empresa passa a ser vista não mais como um espaço de degradação do homem, mas, fundamentalmente, como um fator de revalorização das suas competências; a segunda mudança diz respeito à própria noção de competência, que passa a se entendida como uma construção social, o que delega aos indivíduos relevante papel na sua formação, no trabalho, na sociedade.

Imbuídos da certeza de que o discurso das reformas educacionais brasileiras em geral, e, em particular, o discurso das competências do ENEM, não deixa claro seus reais interesses nem a apropriação de discursos que giram em torno desse universo discursivo, parte-se da definição de competência e habilidades do Documento Base do ENEM para desvelar quais formações discursivas estão presentes em tais definições. Conforme Silva (1996, p. 167-168), “é extremamente importante prestarmos atenção ao processo de criação e recriação de categorias e termos que definem e redefinem o social, o político e o educacional”. Com esse

⁴⁴ Nilson José Machado é professor de psicologia da USP é um dos formuladores da matriz de competências do ENEM.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

objetivo, analisaremos no próximo item, alguns elementos discursivos que (re) definem o político, o social e, por conseguinte, a educação no Brasil.

4. DESVELANDO AS ESTRATÉGIAS RETÓRICAS⁵ DO DISCURSO NEOLIBERAL NO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO, POR MEIO DO ENEM

Para Silva (Ibidem, idem), o discurso neoliberal se apoia nas seguintes estratégias retóricas que precisam ser desveladas, como: deslocamento das causas; culpabilização das vítimas; despolitização e naturalização do social; apagamento da memória e da história; recontextualização. Essas estratégias estão presentes nos documentos que consubstanciam o ENEM e também no próprio documento do exame, corroborando que a proposta de avaliação de desempenho do ENEM está diretamente ligada aos preceitos neoliberais.

Na primeira estratégia, deslocamento das causas, o eixo de análise do social é deslocado pelo questionamento das relações de poder e de desigualdade frente ao mercado de trabalho para a prerrogativa de obtenção de competências necessárias de ajuste ao mercado. Esse gesto produz um efeito de sentido invertido, porquanto, em vez de se analisarem as causas da desigualdade social e a consequente instabilidade do mercado, direciona-se o eixo para ao indivíduo que agora precisa adquirir as competências necessárias para não deixar de ser empregável. Com base nessa concepção, o discurso da formação social neoliberal, inculca - aqui utilizando um termo de Pêcheux (1988) - nos sujeitos a ideia de que, no processo de reestruturação do capitalismo, vencem os mais competentes, aqueles que adquirem mais ‘habilidades e competências’.

No entender de Machado (1998, p. 4) esse discurso da empregabilidade, relacionado ao estabelecimento das competências, tem como suporte a ideologia do pensamento liberal burguês, ao defender a ideia de que a posição ocupada no mercado de trabalho pelo indivíduo é ‘imediatamente definida pelos seus méritos individuais, para os quais seriam determinantes

⁵ Ver nota de rodapé nº 2 sobre a apropriação e o entendimento desse termo no nosso trabalho.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

a qualidade de seus atributos, a gama de seus conhecimentos e a eficácia real de suas capacidades pessoais’.

Outro efeito de sentido é gerado a partir desta segunda estratégia: a culpabilização das vítimas. No caso específico do exame, a transferência de culpa tem como alvo o indivíduo que, agora, deve estar articulado com o desenvolvimento de ‘competências e habilidades’ necessárias à atuação profissional em um mundo no qual o trabalho está em constante mudança e não há garantias de emprego. Assim, os responsáveis pela exclusão, pela falta de vaga no mercado de trabalho são os indivíduos ‘incompetentes’ e não o sistema capitalista. Trata-se de um efeito de sentido que acaba por se constituir em uma tentativa de responsabilizar os indivíduos pelo possível fracasso de sua inserção numa sociedade como a contemporânea, em processo contínuo de mutações.

Um outro elemento de dizer sedimentado na formação ideológica capitalista daí emerge: a despolitização e naturalização do social. As presentes condições estruturais e sociais são vistas como naturais, inevitáveis e abstraídas de sua conexão com a relação de poder e subjugação (SILVA, 1996, p. 167). Vejamos o que diz Sergio Tiezzi⁶ sobre esse tema:

A avaliação por competência do Enem tem indicado que ao final do ensino médio o aluno brasileiro decodifica, mas não interpreta, não consegue buscar respostas para problemas a partir de conhecimentos adquiridos e tem dificuldades de articulação entre o que aprende na teoria e a vida [...] que a escola brasileira é de baixa qualidade e não eficiente em suas práticas.

Esse discurso é fortemente impelido pelo governo, por meio da vinculação do ENEM aos processos de acesso às universidades públicas e privadas e, sobretudo, por meio da ideia de que o projeto educacional proposto seria perfeitamente compatível com as exigências do mercado de trabalho, o que justificaria o debate sobre as competências da sociedade contemporânea como verdadeiro e inquestionável.

A competência se impõe como uma necessidade, uma inovação indispensável, uma forma de superar as insuficiências de um regime obsoleto: o da qualificação. Constantemente,

⁶ Sérgio Tezzi foi assessor do Ministro da Educação Paulo Renato de Souza e colaborou na implementação do ENEM. O depoimento foi extraído da obra de Hilário (2008, p. 101) que consta na bibliografia deste trabalho.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

associa-se a noção de competência a uma mutação do sistema educativo em resposta a pressões econômicas. Nesse sentido, a mobilização mais intensa dos recursos humanos, valorizando autonomia e responsabilidade, é apresentada como consequência positiva, quando comparada às formulas tayloristas e fordistas.

O indivíduo competente se expressa em relação às tarefas ou ao trabalho humano diante de pessoas e objetos, pois as profissões dependem de concentração, disciplina, respeito, cooperação, autonomia, cumprimento de metas e prazos, entre outras exigências. O discurso da competência no espaço educacional brasileiro está associado à ideia de empregabilidade, termo utilizado para indicar as condições subjetivas da integração dos sujeitos à realidade atual dos mercados de trabalho e ao poder que possuem de negociar sua própria capacidade de trabalho, considerando o que os empregadores definem por competência. (MACHADO, 1998, p. 4)

As competências são naturalizadas como um aspecto meramente individual, isto é, não são vistas como propriedades criadas e possibilitadas socialmente. Assim, o culto da competência é a apologia do poder individual, mediante o qual os produtos da atividade humana aparecem como mágicas, pois se apresentam independentes das relações sociais. (MACHADO, *ibidem*, p. 5).

Logo, segundo Nomeriano (2007), ao centrar as competências no desenvolvimento de atitudes comportamentais e mentais dos indivíduos, produz-se o efeito de sentido de que a formação desses indivíduos está desvinculada das relações antagônicas entre capital e trabalho. Emerge daí uma ressignificação do discurso da qualificação, visto que este reflete essas relações antagônicas. Ao ser ressignificada, a noção de competência produz o efeito de sentido de adesão dos indivíduos aos valores capitalistas, o que permite um maior controle da força de trabalho. Naturalizam-se, portanto, os conflitos existentes, já que está implícita a proteção dos interesses de apenas uma classe, a do capital.

Em consonância com as ideias expostas, Cavalcante (2007, p. 91) afirma que:

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

O discurso neoliberal retoma as ideias defendidas pelo liberalismo clássico e, a partir do pré-construído que afirma ser a competição o motor do desenvolvimento humano, faz da difusão da crença o processo de naturalização uma arma de luta ideológica contra todos os que apontam para o agravamento das desigualdades sociais. Difundindo-se essa concepção, apagam-se as condições em que se dá essa competição e, sendo a competição uma tendência natural do ser humano, as relações de dominação, exploração, exclusão não seriam inerentes à economia liberal, mas um processo natural.

Ao conceber a noção de competência como inquestionável, irrefutável, certa, o exame traz o efeito de sentido de apagamento da memória discursiva e da própria história dos indivíduos (sujeitos), já que estes precisam se ajustar a essa nova realidade que é concebida como inquestionável.

Dessa forma, o discurso da competência no ENEM silencia, apaga qualquer outra referência ou modelo para a educação brasileira que se contraponha aos interesses do capital. O movimento discursivo provocou um efeito de sentido visto como único, correto e definitivo, qual seja a estabilização das competências como critério para avaliar os alunos, no caso, do Ensino Médio brasileiro.

Na última estratégia – a recontextualização –, as categorias e o léxico das lutas democráticas são seletivamente reciclados e reincorporados, depois, obviamente, de terem seu conteúdo anterior devidamente higienizado (SILVA, 1996, p. 167). Assim, o Exame Nacional do Ensino Médio tenta unir em um só conceito dois movimentos de orientação contrárias, explicitados por Dolz e Bronckart (2004, p. 35) da seguinte forma:

Um vai das propriedades do indivíduo à adaptação ao ambiente, enquanto o outro vai das exigências do ambiente às capacidades exigidas dos indivíduos. No primeiro caso, as competências são definidas, a princípio, como propriedades biológicas do organismo humano, absolutas ou independentes de qualquer contexto concreto [...] No segundo caso ('lógica das competências') parte-se da análise das tarefas ou atividades coletivas, avalia-se a eficácia e a adequação dos desempenhos dos indivíduos confrontados com essas tarefas e se deduz as competências exigidas deles para que os desempenhos sejam mais satisfatórios, sem se preocupar muito com o caráter inato ou adquirido das mencionadas competências.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

Silva (2007, p. 193) afirma que, por mais que sejam identificáveis diversas fontes do uso da noção de competências, a análise dos documentos oficiais permite conhecer o modo pelo qual foi se verificando uma apropriação das tradicionais teorias da competência, formuladas por Piaget⁷ e Chomsky⁸, bem como uma incorporação das interlocuções entre aquelas teorias e as proposições no campo da Sociologia do Trabalho assentadas no modelo de competência.

Dessa forma, definir o conceito de competência a partir dos estudos de Chomsky e Piaget parece-nos ser uma atitude um tanto arriscada, tendo-se em vista que esse conceito não tem o mesmo sentido para linguistas chomskyanos e psicolinguistas cognitivistas. Entretanto, o conceito assume, no exame, um efeito de sentido nitidamente ‘democrático’, à medida que coloca na função educativa, as marcas de uma perspectiva individual (todo indivíduo pode ser competente, basta querer sê-lo) e a adaptação às incertezas da contemporaneidade.

Dessa maneira, a noção de competência passa a ser vista como apropriada para o processo de despolitização das relações sociais e de individualização das reivindicações e das negociações. As relações coletivas não se esgotam, visto que o trabalho continua sendo uma relação social e o homem continua vivendo em sociedade, contudo, elas se pautam cada vez menos por parâmetros corporativos e/ou políticos e se orientam cada vez mais por parâmetros individuais e técnicos. (RAMOS, 2006, p. 159-160). Nesse sentido, o conceito de

⁷ De acordo com Piaget, o desenvolvimento cognitivo é um processo de sucessivas mudanças qualitativas e quantitativas das estruturas cognitivas derivando cada estrutura de estruturas precedentes. Ou seja, o indivíduo constrói e reconstrói continuamente as estruturas que o tornam cada vez mais apto ao equilíbrio. Essas construções seguem um padrão definido por Piaget como estágios relativos a idades mais ou menos determinadas. Pela teoria de Piaget, a construção do conhecimento ocorre quando acontecem ações físicas ou mentais sobre objetos que, provocando o desequilíbrio, resultam na construção de esquemas ou conhecimentos. Os esquemas são compreendidos como estruturas que se modificam com o desenvolvimento mental e que se tornam cada vez mais refinadas à medida que a criança torna-se mais apta a generalizar os estímulos. (RAMOS, 2006, p. 162)

⁸ Noam Chomsky, linguista americano, foi um dos propositores da teoria linguística da gramática gerativa-transformacional (1950). Segundo essa gramática, a linguagem é considerada um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, construídas a partir de um conjunto finito de regras. A linguagem é vista como uma capacidade inata do ser humano, ou seja, ela é uma herança genética. Chomsky define a língua como competência e a fala como desempenho. A competência seria a capacidade que possui o indivíduo de compreender o código (língua) e de produzir um número infinito de frases gramaticalmente corretas em seu idioma, já o desempenho seria a capacidade de realização dessas potencialidades. (RAMOS, *ibidem*, *idem*)

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

competência é recontextualizado produzindo efeitos de sentido de valorização das potencialidades humanas, não para a transformação social, mas para inseri-las no contexto dos interesses capitalistas.

A análise discursiva da estratégia de recontextualização do exame permite-nos concluir, pois, que esse exame traz em seu bojo a incorporação e significação dos discursos opostos, mas com significados radicalmente higienizados e transformados, sendo ressignificados dentro da formação ideológica do capital. (CAVALCANTE, 2007; SILVA, 1996)

Esses elementos discursivos - deslocamento das causas; culpabilização das vítimas; despolitização e naturalização do social; apagamento da memória e da história; recontextualização - são elementos sedimentados nas FDs do mercado que servem para legitimar os efeitos de sentido produzidos em seu espaço de significação. Esses efeitos, os quais representam e fazem valer a FI do capital que cria formas de identificação dos indivíduos com esses elementos, os levam a se reconhecerem como sujeitos ajustados a essa formação ideológica. Integrados à forma-sujeito capitalista, os indivíduos mudam de comportamento para atender às exigências da sociedade contemporânea regida pelas leis do mercado. Acerca dessa discussão, Ramos (2006, p. 135) complementa:

Diante dessa doutrina, diluem-se todas as expectativas de se olhar o mundo por outro viés, de se contestar o que parece instituído e único, de se efetivar a organização coletiva que transcenda aos ideais personalistas, subjetivistas e/ou produtivistas [...] é por isso que a pauta do ensino se desenha com vistas à construção de competências, noção de raiz essencialmente individual, identificável nas ações práticas da vida, seja na dimensão das relações em geral, seja especificamente no âmbito do trabalho, quando ganham significados bastante peculiares.

Com isso, pode-se afirmar que o sentido de competência no ENEM, e, por conseguinte, no ideário educacional brasileiro, está assentado em razões mercadológicas, constituídas para representar uma FI capitalista própria da formação social neoliberal. Entendemos que esse sentido é limitado, pois se restringe à orientação da prática dos homens somente com o objetivo de responder às exigências do mercado, em detrimento das necessidades reais da vida.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise preliminar realizada neste artigo aponta que no centro das atuais reformas educacionais, representadas aqui pelo ENEM, há o entendimento de que a educação brasileira deve atender aos interesses da economia do mercado. Os elementos discursivos por nós analisados revelam que os objetivos traçados para as nossas instituições de ensino dizem respeito à adaptação destas, no decorrer do tempo, às determinações reprodutivas em constante mutação do sistema capitalista, assegurando que “cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do desse sistema”. (MÈSZÁROS, 2008, p. 44).

Conforme Silva (1999) na tradição da ideologia da moderna sociedade liberal, dita “democrática”, a educação funciona como uma espécie de refúgio dos efeitos mais perversos do mercado. Sabe-se que o mercado pode ser responsável pela produção de desigualdades, mas aqui temos algo que pode diminuir ou até mesmo nivelar essas desigualdades: a educação. Sob essa ótica, a educação é, de certa forma, o “outro” do mercado. (SILVA, 1999, p. 8, grifos do autor).

Nesse particular, Gentili (1996, p. 24) explana o seguinte:

As reformas implantadas pelos governos neoliberais se articulam por um lado, pela necessidade de estabelecer mecanismos de controle e avaliação da qualidade dos serviços educacionais (na ampla esfera dos sistemas e, de maneira específica, no interior das próprias instituições escolares); e, por outro lado, pela necessidade de articular e subordinar a produção educacional às necessidades estabelecidas pelo mercado de trabalho.

Vê-se assim que a ideologia neoliberal se encarna na realidade do ENEM e, por conseguinte, em todo ideário educacional brasileiro, como uma espécie de máquina infernal, irreversível e necessária, que traz uma filosofia da competência, segundo a qual são os mais competentes que governam e que têm trabalho, implicando que aqueles que não as têm são incom-

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

petentes e estarão destinados aos empregos precários ou ao desemprego. (BOURDIEU, 1998, p. 58-59 e 142). Depreende-se, portanto, que o discurso das competências no ENEM - e, em um sentido mais amplo, no sistema educacional do Brasil - está atrelado à formação discursiva do mercado, a qual se vincula à formação ideológica capitalista, estando essas duas organizadas sob a égide da formação social neoliberal.

REFERÊNCIAS

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

AMARAL, M.V.B. *Discurso e Relações de Trabalho*. Maceió: Edufal, 2005.

BERGER FILHO, R.L. *Currículo e Competências*. Brasília, 1999. Disponível em:
http://www.rededosaber.sp.gov.br/contents/SIGS-CURSO/sigsc/upload/br/site_25/File/currículo_e_competencia.pdf. Acesso em 05/05/2009.

BOURDIEU, P. *Contrafogos: tática para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRASIL, Governo Federal. Lei 9.394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996. In: *Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

_____. *Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM: documento básico 2000*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília: INEP, 1999.

BUENO, M.S.S. *Políticas atuais para o Ensino Médio*. Campinas: Papirus, 2000.

CARVALHO, M. L. G. C. *A Revista Renovação na década de 1930: A construção de uma discursividade feminista*. UFAL, 2008, Tese de Doutorado.

CAVALCANTE, M.S.A.O. *Qualidade e Cidadania nas Reformas da Educação Brasileira: o simulacro de um discurso modernizador*. Maceió: Edufal, 2007.

DOLZ, J. OLLLAGNIER, E. *O enigma das competências em educação*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FERREIRA, M. C. L. *Glossário de Termos do Discurso*. Porto Alegre, Instituto de Letras, UFRGS, 2001.

GENTILI, P. Neoliberalismo e Educação: manual do usuário. In: SILVA, T.T. & GENTILI, P. *Escola S.A. quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília, CNTE, 1996.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 10ª. Ed. São Paulo, Loyola, 2001.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

HILÁRIO, R. A. *O Enem como indutor de políticas públicas para melhoria da qualidade do Ensino Médio*. Cadernos de Pós-Graduação – Educação, São Paulo, v.7, p.95-107, 2008.

HIRATA, H. Os mundos do trabalho. In: Casali, A. et alii (org) *Empregabilidade e educação*. Novos caminhos no mundo do trabalho. São Paulo: EDUC/PUCSP; RHODIA, 1997.

KUENZER, Acácia Zeneida. *O ensino médio agora é para a vida*. In: Educação & Sociedade, Campinas, ano 21 n. 70 p. 15-39, 2000.

LOPES, A. C. *Competências na organização curricular da reforma do ensino médio*. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 1-20, 2001.

MACEDO, L. *Currículo e competência*. In: LOPES, A. & MACEDO, E. (org). *Disciplinas e Integração Curricular: História e Políticas*. RJ:DP&A, 2002.

MACHADO, L. *Usos sociais da força de trabalho e da noção de competências*. Mimeo, 2000.

_____. *Educação básica, empregabilidade e competência*. Revista trabalho e educação. Belo horizonte, nº 3, jan/jul, 1998.

MACHADO, N. J. *Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento inteligência e a prática docente*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Interdisciplinaridade e contextualização*. In: Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): fundação teórico-metodológica/INEP. – Brasília, 2005.

MANFREDI, S. M. *Trabalho, qualificação e competência profissional as dimensões conceituais e políticas*. In: Educação e Sociedade, ano XIX, nº 64, setembro/98.

MÉSZÁROS, Istvan. *A educação para além do capital*. [tradução Isa Tavares]. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NOMERIANO, A. S. *A educação do trabalhador, a pedagogia das competências e a crítica marxista*. Maceió: Edufal, 2007.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. E. Orlandi et alii. Campinas: Ed. UNICAMP. 1988.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

RAMOS, M. N. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?*. São Paulo: Cortez, 3ª ed., 2006.

ROPÉ, F.; TANGUY, L. (Orgs). *Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa*. Campinas: Papirus, 5ª ed., 2004.

RUBEGA, C. C. *Uma breve análise do discurso da formação por competências no Ensino Médio e no Ensino Técnico e a visão da politécnica*. Revista Ciência e Ensino, n.12, Dez. 2004.

SANFELICE, J. L. *Reforma do Estado e da Educação no Brasil De FHC*. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1391-1398, dezembro 2003.

SILVA JÚNIOR, J. R. *Mudanças estruturais no Capitalismo e a Política Educacional do Governo FHC: o caso do Ensino Médio*. Revista Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 201-233. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12930.pdf>. Acesso em 03/04/2010.

SILVA, M. R. & ABREU, C. B. M. Reformas para quê? As reformas educacionais nos anos de 1990. *Revista perspectiva*, Florianópolis, v.26, n.2, 523-550, jul./dez. 2008.

SILVA, T.T. & GENTILI, P. *Escola S.A. quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília, CNTE, 1996.

_____. A escola cidadã no contexto da globalização: uma “introdução”. In: SILVA, Luiz Heron da (org.). *A Escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. “O projeto educacional da nova direita e a retórica da qualidade total”. In: SILVA, T. T. e GENTILLI, P. (Orgs.) *Escola S.A. quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília, CNTE, 1996.

STROOBANTS, M. A Visibilidade das Competências. In: ROPÉ, F.; TANGUY, L. (Orgs). *Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa*. Campinas: Papirus, 5ª ed., p. 25-59, 2004.

TADDEI, E. H. “Empregabilidade” e formação profissional: a “nova” face de política social na Europa. In: SILVA, Luiz Heron da (org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*. RJ: Vozes, 1999.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 06 – Junho de 2013
ISSN: 2176-5782

TANGUY, L. Racionalidade Pedagógica e Legitimidade Política. In: ROPÉ, F.; TANGUY, L. (Orgs). *Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa*. Campinas: Papirus, 5^a ed., p. 25-59, 2004.